



TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

CNPJ/MF nº 10.502.676/0001-37 – NIRE 26.300.019.736



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2014

5.1 - Prejuízo do exercício

R\$ milhares	4T14	4T13	12M14	12M13
Receita operacional líquida.....	223.826	20.178	664.214	20.178
(-) Custo do serviço.....	(218.434)	(40.908)	(648.602)	(40.908)
Resultado bruto	5.392	(20.730)	15.612	(20.730)
Gerais e administrativas.....	(5.366)	12.492	(12.084)	(1.516)
Outras receitas.....	1.038	11	10.730	11
Resultado operac. antes dos efeitos financeiros	1.124	(8.227)	14.288	(22.235)
Despesas financeiras.....	(30.427)	(13.508)	(93.701)	(14.059)
Receitas financeiras.....	744	1.970	1.896	3.478
Resultado antes do IR e CS	(28.559)	(19.765)	(77.517)	(32.816)
Imposto de renda e contribuição social diferido.....	10.791	11.131	27.437	11.131
Prejuízo do período	(17.768)	(8.634)	(50.080)	(21.685)

No exercício de 2014, a Companhia apurou resultado negativo de R\$ 50 milhões, em comparação com o lucro líquido de R\$ 21,7 milhões verificado em 2013.

5.1.1 - Receita operacional líquida: A receita operacional fixa mensal da Usina é de R\$ 8.234, que soma o montante de R\$ 98.808 nos 12M14 e R\$ 24.702 no 4T14. O restante, no valor de R\$ 565.406 e R\$ 199.124, respectivamente, são referentes a energia variável, decorrente do despacho de energia pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

5.1.2 - Custo do serviço: O custo variável da Usina é composto, principalmente, pelo consumo, armazenamento e frete do óleo combustível HFO. O custo fixo é formado essencialmente por: manutenção e operação da Usina, depreciação e Custo do Uso de Transmissão – CUST.

5.1.3 - Outras receitas: Em 4 de abril de 2014, a ANEEL reconheceu, por meio do Despacho nº 600/2014, o pedido de postergação da data de contratação do CUST estabelecendo a data de início de execução para novembro de 2013, o que gerou um crédito para a Companhia no valor de R\$ 9.588, contabilizados como outras receitas em 2014.

5.1.4 - Resultado financeiro

R\$ milhares	4T14	4T13	12M14	12M13
Rendimentos com aplicação financeira.....	471	30	1.219	359
Juros recebidos.....	6	(1)	100	17
Descostos obtidos.....	1	17	16	17
Variação cambial - monetária alívia.....	208	1.924	561	3.102
Receita Financeira	744	1.970	1.896	3.478
Juros das debêntures.....	(16.304)	-	(50.757)	-
Juros de financiamentos.....	(5.772)	(3.515)	(21.993)	(3.521)
IOF.....	(1.471)	(4.874)	(4.532)	(4.874)
Despesas comissões bancárias.....	(1.954)	-	(7.132)	-
Variação cambial e monetária passivas.....	(3.867)	(3.162)	(6.395)	(3.162)
Amortização do custo das debêntures.....	(143)	206	(591)	-
Juros passivos.....	(842)	(96)	(1.661)	(429)
Descostos concedidos.....	2	-	(202)	-
Multas.....	-	(2.017)	(163)	(2.017)
Despesas bancárias.....	(76)	(50)	(275)	(56)
Despesa Financeira	(30.427)	(13.508)	(93.701)	(14.059)
Resultado Financeiro	(29.683)	(11.538)	(91.805)	(10.581)

O montante de R\$ 21.993 nos 12M14 e R\$ 5.772 no 4T14 de juros de financiamento é consequência da utilização do capital de giro para compra do Óleo HFO para suprir o despacho de energia do exercício de 2014.

5.1.5 - Imposto de renda e contribuição social diferidos:

Decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social constituídos com base na perspectiva da administração da Companhia de geração de lucro tributável futuro e diferenças temporárias referentes a depreciação fiscal acelerada do ativo imobilizado da Usina.

5.1.6 - Eventos relevantes:

A Companhia protocolizou na ANEEL, em 26 de maio de 2014, pedido de revisão de seu Custo Variável Unitário – CVU retroativo a data de entrada de sua operação comercial. Tal pleito foi realizado em razão da alteração da alíquota de ICMS sobre as aquisições de óleo combustível no estado de Pernambuco, inicialmente estabelecida em 7% para 17%, o que afetou o equilíbrio econômico-financeiro da rede regulada de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR. Em 05 de novembro de 2014, a Procuradoria Federal junto a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL aprovou a retroação dos efeitos da nova carga tributária a data de entrada da operação comercial da Companhia e a incorporação dessa nova carga tributária a fórmula de cálculo do Custo Variável Unitário – CVU. Provisionamos em dezembro de 2014 a recuperação em torno de R\$ 75 milhões relacionadas aos efeitos retroativos da alteração do CVU, o qual recebemos em fevereiro de 2015. Em 14 de julho de 2014, a Companhia divulgou fato relevante informando que a integralidade de suas ações foi incorporada na Mesa Participações S.A., empresa também controlada pela Bolognesi Participações S.A. A referida incorporação fundamenta-se na convergência de interesses de ambas as sociedades na conveniência de centralizar os investimentos e as atividades desempenhadas pela Termelétrica Pernambuco III na Mesa Participações S.A. Esta alteração societária já estava prevista na Escritura de Emissão das Debêntures da Companhia.

6. Debêntures

Em 15 novembro de 2013 a Companhia realizou uma oferta pública de distribuição de 300.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, nominativas e escriturais, em 4 séries de 75.000 debêntures, totalizando R\$ 300 milhões na data da emissão. A liquidação financeira da operação ocorreu em 20 de dezembro de 2013.

Os prazos finais de vencimento das debêntures são:

Série	Quantidade	Mil R\$	Vencimento
1ª Série.....	75.000	75.000	15/11/2025
2ª Série.....	75.000	75.000	15/02/2025
3ª Série.....	75.000	75.000	15/05/2025
4ª Série.....	75.000	75.000	15/08/2025
Total	300.000	300.000	

Os custos financeiros das debêntures são de 9,11% ao ano, mais a variação do IPCA. Os custos da emissão das debêntures totalizaram R\$ 12,4 milhões, representados por gastos com advogados, auditores, coordenação da oferta, publicidade da distribuição, etc. Estes gastos foram contabilizados em conta redutora do passivo, e serão levados ao resultado na mesma proporção da incidência dos juros da operação. A operação está garantida por (i) cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia; (ii) alienação fiduciária de ações ordinárias representativas da totalidade do capital social da emissora, detidas pelas garantidoras Bolognesi Participações S/A. e Hidroelétrica S/A.; (iii) alienação fiduciária dos equipamentos da Companhia; e (iv) garantia fidejussória representada pela fiança bancária concedida pelo Itaú BBA por 12 meses após a entrada em operação comercial da usina, ocorrida em dezembro de 2013. Abaixo o demonstrativo de pagamentos ocorridos até a data da emissão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

Data	Evento	Ativo	Preço Unitário (PU)	Valor Total em R\$
17/11/2014	Pagamento de Juros + Principal	BRTEPE11	Juros: R\$ 97,10 Principal: R\$ 282,46	Juros: R\$ 7.282.572,83 Principal: R\$ 21.184.212,96
Total			R\$ 379,56	R\$ 28.466.785,79

Data	Evento	Ativo	Preço Unitário (PU)	Valor Total em R\$
18/02/2015	Pagamento de Juros + Principal	BRTEPE21	Juros: R\$ 125,86 Principal: R\$ 32,80	Juros: R\$ 2.459.364,77 Principal: R\$ 9.439.315,73
Total			R\$ 158,65	R\$ 11.898.680,50

Data	Evento	Ativo	Preço Unitário (PU)	Valor Total em R\$
15/05/2015	Pagamento de Juros + Principal	BRTEPE31	Juros: R\$ 155,95 Principal: R\$ 33,87	Juros: R\$ 11.696.510,78 Principal: R\$ 2.540.136,89
Total			R\$ 189,82	R\$ 14.236.647,67

7. Auditores independentes - Instrução CVM 381/03

Como o objetivo de atender à Instrução CVM nº 381/2003, a Termelétrica Pernambuco III S.A. informa que a KPMG Auditores Independentes, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2014. A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

8. Balanço patrimonial e demonstrativo de resultados 2012 a 2014

R\$ milhares	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Ativo			
Circulante	252.743	118.497	1.211
Caixa e equivalentes de caixa.....	3.849	994	735
Contas a receber.....	153.787	22.235	-
Tributos a recuperar.....	1.331	6.163	21
Créditos a compensar.....	2.695	-	-
Estoque de insumos.....	37.820	89.077	-
Depósitos judiciais.....	34.593	-	-
Depósitos vinculados - contas reserva.....	17.868	-	-
Adiantamentos diversos.....	4	-	-
Despesas antecipadas.....	796	28	455
Não circulante	491.471	472.535	134.051
Outros créditos.....	-	56	-
Impostos diferidos.....	38.260	11.131	-
Partes relacionadas.....	-	-	18.925
Imobilizado.....	453.207	461.345	115.122
Intangível.....	4	3	4
Total do ativo	744.214	591.032	135.262
R\$ milhares	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Passivo			
Circulante	278.082	162.997	7.805
Fornecedores.....	11.404	23.831	7.052
Obrigações tributárias.....	85.103	4.131	644
Obrigações sociais e trabalhistas.....	319	182	102
Outros passivos.....	7.771	-	-
Debêntures.....	9.605	19.479	-
Empréstimos e financiamentos.....	163.880	115.374	7
Não circulante	367.081	278.904	121.499
Debêntures.....	304.811	274.548	-
Partes relacionadas.....	58.149	-	121.673
Empréstimos e financiamentos.....	4.121	4.356	76
Patrimônio líquido	99.051	149.131	5.708
Capital social.....	171.047	150.888	5.939
Adiantamento para futuro aumento de capital.....	-	20.159	-
Prejuízos acumulados.....	(71.996)	(21.916)	(231)
Total do passivo e patrimônio líquido	744.214	591.032	135.262
R\$ milhares	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Lucro bruto	15.612	(20.730)	-
Receita operacional líquida.....	664.214	20.178	-
Custo dos serviços.....	(648.602)	(40.908)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.324)	(1.505)	(1.155)
Com Vendas.....	-	(103)	-
Gerais e administrativas.....	(12.084)	(1.413)	(1.155)
Outras receitas operacionais líquidas.....	10.760	11	-
Resultado antes dos efeitos financeiros	14.288	(22.235)	(1.155)
Despesas financeiras líquidas	(91.805)	(10.581)	72
Despesas financeiras.....	(93.701)	(14.059)	(26)
Receitas financeiras.....	1.896	3.478	98
Resultado antes dos impostos	(77.517)	(32.816)	(1.083)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	27.437	11.131	-
Prejuízo do exercício	(50.080)	(21.685)	(1.083)

9. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria declara que reviu, discutiu, e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

10. Responsabilidade social e ambiental

Acreditamos que o principal indicador de sustentabilidade de uma empresa é a geração de lucros e a solidez financeira. Entretanto, reconhecemos que os demonstrativos financeiros nem sempre traduzem todos as interfaces de uma empresa com o seu entorno social e ambiental. Nossas operações atendem aos compromissos assumidos durante todo o processo de licenciamento ambiental, que se encontram em conformidade com a legislação ambiental municipal, estadual e federal, em suas diversas etapas. Cientes da nossa responsabilidade social e do nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável, buscamos aplicar as melhores práticas ambientais e de desenvolvimento sustentável na usina.

- Programa de educação ambiental aos colaboradores;
- Programa de monitoramento da qualidade do ar;
- Programa de monitoramento da qualidade da água, do lençol freático e dos solos;
- Programa de mobilização e desmobilização de mão de obra;
- Programa de compensação ambiental;
- Programa de gerenciamento de resíduos sólidos;
- Plano de riscos de acidentes ambientais; e
- Plano de emergências.

11. Recursos Humanos

Temos a convicção que a execução de nossa estratégia depende de profissionais que tenham uma direção clara, alinhamento com os planos e comprometimento e identificação com os valores da organização. Operar a usina de modo eficiente e econômico é fundamental para o sucesso do empreendimento. Contratar e reter os melhores profissionais são, particularmente, desafios para a Companhia diante da grande concorrência por essas pessoas, em função do crescente número de usinas em operação e em implantação, e pela limitação de oferta de bons profissionais no mercado. A usina é operada por 4 colaboradores próprios e 53 colaboradores terceirizados, totalizando 57 colaboradores na unidade. A parte de manutenção (O&M) é executada por profissionais com profundo conhecimento em engenharia mecânica e elétrica.

Aos Senhores Acionistas,

A Administração da Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Pernambuco III" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. As Demonstrações Financeiras individuais da Pernambuco III são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, substancialmente convergentes com as práticas internacionais de contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e referenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

1. Mensagem da Administração

A Termelétrica Pernambuco III S.A. é uma empresa de geração de energia elétrica, com uma usina localizada em Igarassú, região metropolitana de Recife, Estado de Pernambuco. O início da operação comercial da usina ocorreu em dezembro de 2013. A UTE Pernambuco III tem potência instalada total bruta de 200,8 MWh, é composta por 23 unidades motogeneradoras, cada uma com potência de 8,730 kW/h, utilizando óleo combustível especial (HFO). A usina atende a demanda de energia no sub-mercado do Nordeste do Brasil, através do Sistema Interligado Nacional - SIN. A usina é gerida pela Companhia, por ter sido contratada por disponibilidade pelo Governo Federal no leilão de energia A-5 de 2008, somente é despachada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS quando há necessidade do sistema elétrico interligado ou por qualquer outra razão elétrica, desde que ordenada pelo próprio ONS. Desde o início da operação comercial o ONS ordenou o despacho da usina. Acreditamos que o despacho ainda ocorre em boa parte do ano de 2015, em função do baixo nível hídrico dos reservatórios em nível nacional.

2. Informações gerais

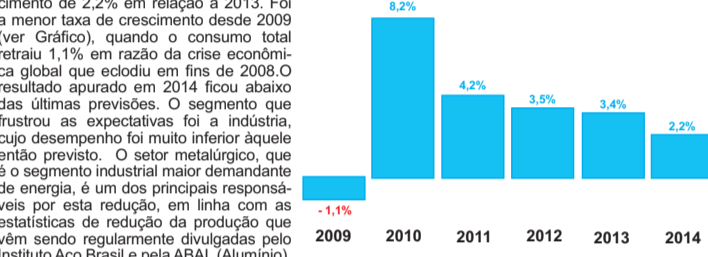
A Termelétrica Pernambuco III S.A. foi constituída com o objetivo de implantar e explorar comercialmente a Usina Termelétrica Pernambuco III, movida a Óleo Combustível OCB1 e com potência instalada de 200,8 Mw. A energia gerada pela Companhia foi vendida no Leilão de Energia Nova A-5/2008, promovido pela ANEEL, por meio da celebração de CCEARs por disponibilidade, com prazo de 15 anos. O ato de autorização para a exploração das atividades como Central Geradora Termelétrica ocorreu por meio da Portaria nº 260, de 2 de julho de 2009, do MME e das Resoluções Autorizativas nºs 3.078/2011 e 3.375/2012 da ANEEL. O início de suas operações comerciais ocorreu em dezembro de 2013.

3. Mercado e Condições Macroeconômicas

A atividade econômica doméstica tem apresentado indicadores modestos, o que aumenta a relevância de ações de caráter estrutural, que potencializam o crescimento futuro. A contínua busca pela excelência na educação constitui frente de batalha prioritária para o País quando em termos de competitividade, assim como o aumento da velocidade de modernização da infraestrutura. Nunca é demais lembrar que, no longo prazo, a principal fonte de crescimento econômico é a produtividade, tema ainda mais relevante em um contexto global caracterizado por elevados níveis de eficiência. A manutenção da baixa taxa de desemprego no Brasil segue como fator importante para a continuidade do avanço do País na direção de um crescimento mais sustentável. A economia norte-americana voltou a crescer e registra uma evolução consistente. Na China, o ritmo de crescimento segue em patamares elevados, mesmo com a desaceleração em curso e, na Europa, há esforços para a retomada econômica. Temos, visto, em contraponto, o aprofundamento da crise na Argentina. Os preços das commodities, em especial do petróleo, mostraram expressiva queda ao longo da segunda metade de 2014, trazendo desafios para os países que dependem largamente da produção, mas favorecendo a retomada econômica e aumentando a renda disponível das famílias, principalmente das economias desenvolvidas. No ambiente doméstico, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), índice oficial de inflação, encerrou o ano com alta de 6,41%, próximo do teto máximo estabelecido pelo governo - de 6,5% ao ano -, e as taxas de juros aumentaram, com a Selic chegando a 11,75% ao ano. Segundo dados do Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central, houve um aumento do PIB (Produto Interno Bruto) em 2014 de 0,1%. Para 2015, espera-se uma retração de 1,20%. O relatório Focus é feito a partir de pesquisas com mais de cem instituições financeiras. A economia brasileira iniciou 2015 com novas perspectivas. O equilíbrio das contas públicas, o controle orçamentário (receitas versus gastos) e a reorientação fiscal devem ser alvo da estratégia da nova equipe econômica, que assumiu trazendo uma bagagem de credibilidade e confiança do mercado. Além disso, o Banco Central enfatizou que pretende reduzir a inflação à meta oficial de 4,5% até o fim de 2016. Fonte: Bradesco.

4. Consumo de Energia Elétrica

O ano de 2014 terminou com o consumo de energia elétrica na rede registrando um crescimento de 4,2% em relação a 2013. Foi a menor taxa de crescimento desde 2009 (ver Gráfico), quando o consumo total retraiu 1,1% em razão da crise econômica global que eclodiu em fins de 2008. O resultado apurado em 2014 ficou abaixo das últimas previsões. O segmento que frustrou as expectativas foi a indústria, cujo desempenho foi muito inferior àquele então previsto. O setor metalúrgico, que é o segmento industrial maior demandante de energia, é um dos principais responsáveis por esta redução, em linha com as estatísticas de redução da produção que vêm sendo regularmente divulgadas pelo Instituto Agro Brasil e pela ABAL (Alumínio).



Confirmamos as expectativas e sustentando a forte dinâmica que tem apresentado nos últimos anos, o segmento de comércio e serviços apresentou o maior aumento no consumo de energia. Ao longo de 2014, com exceção dos meses de junho e dezembro, quando houve influência de fatores conjunturais como o calendário de faturamento de grandes concessionárias, o crescimento do consumo de energia no segmento sempre foi, pelo menos, de 6%.

Na mesma linha do consumo comercial, o segmento residencial mostrou-se ainda capaz de sustentar em 2014 o crescimento robusto de 5,7%. Observa-se, contudo, que houve dinâmicas diferentes nas duas últimas previsões. O segmento que frustrou as expectativas foi a indústria, cujo desempenho foi muito inferior àquele então previsto. O setor metalúrgico, que é o segmento industrial maior demandante de energia, é um dos principais responsáveis por esta redução, em linha com as estatísticas de redução da produção que vêm sendo regularmente divulgadas pelo Instituto Agro Brasil e pela ABAL (Alumínio).

Confirmamos as expectativas e sustentando a forte dinâmica que tem apresentado nos últimos anos, o segmento de comércio e serviços apresentou o maior aumento no consumo de energia. Ao longo de 2014, com exceção dos meses de junho e dezembro, quando houve influência de fatores conjunturais como o calendário de faturamento de grandes concessionárias, o crescimento do consumo de energia no segmento sempre foi, pelo menos, de 6%.

Na mesma linha do consumo comercial, o segmento residencial mostrou-se ainda capaz de sustentar em 2014 o crescimento robusto de 5,7%. Observa-se, contudo, que houve dinâmicas diferentes nas duas últimas previsões. O segmento que frustrou as expectativas foi a indústria, cujo desempenho foi muito inferior àquele então previsto. O setor metalúrgico, que é o segmento industrial maior demandante de energia, é um dos principais responsáveis por esta redução, em linha com as estatísticas de redução da produção que vêm sendo regularmente divulgadas pelo Instituto Agro Brasil e pela ABAL (Alumínio).

Confirmamos as expectativas e sustentando a forte dinâmica que tem apresentado nos últimos anos, o segmento de comércio e serviços apresentou o maior aumento no consumo de energia. Ao longo de 2014, com exceção dos meses de junho e dezembro, quando houve influência de fatores conjunturais como o calendário de faturamento de grandes concessionárias, o crescimento do consumo de energia no segmento sempre foi, pelo menos, de 6%.

Na mesma linha do consumo comercial, o segmento residencial mostrou-se ainda capaz de sustentar em 2014 o crescimento robusto de 5,7%. Observa-se, contudo, que houve dinâmicas diferentes nas duas últimas previsões. O segmento que frustrou as expectativas foi a indústria, cujo desempenho foi muito inferior àquele então previsto. O setor metalúrgico, que é o segmento industrial maior demandante de energia, é um dos principais responsáveis por esta redução, em linha com as estatísticas de redução da produção que vêm sendo regularmente divulgadas pelo Instituto Agro Brasil e pela ABAL (Alumínio).

Confirmamos as expectativas e sustentando a forte dinâmica que tem apresentado nos últimos anos, o segmento de comércio e serviços apresentou o maior aumento no consumo de energia. Ao longo de 2014, com exceção dos meses de junho e dezembro, quando houve influência de fatores conjunturais como o calendário de faturamento de grandes concessionárias, o crescimento do consumo de energia no segmento sempre foi, pelo menos, de 6%.

Na mesma linha do consumo comercial, o segmento residencial mostrou-se ainda capaz de sustentar em 2014 o

TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – (Em milhares de Reais)

9. Imobilizado

COMPOSIÇÃO DO SALDO

Itens	Taxa de Depreciação (%)	31/12/2014			31/12/2013		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor residual	Valor residual	Valor residual	Valor residual
Benefitória em imóvel de terceiros	4,0%	59	-	59	-	-	
Terrenos e edificações	4,0%	446.447	15.491	430.956	441.122	-	
Máquinas e equipamentos	10,0%	431	26	405	14	-	
Equipamentos de Informática	10,0%	198	26	172	-	-	
Veículos	20,0%	126	42	84	66	-	
Móveis e Utensílios	10,0%	104	7	97	25	-	
Total		447.365	15.592	431.773	441.227	461.345	

Adiantamento a fornecedores

Movimentação do Imobilizado

	Benefitória em imóvel de terceiros	Terrenos e edificações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	115.031	11	-	-	80	-	115.122
Adições	347.394	5	-	-	3	27	347.429
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(1.185)	(2)	-	-	(17)	(2)	(1.206)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	461.240	14	-	-	66	25	461.345
Adições	59	5.457	416	195	35	78	6.240
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(14.307)	(25)	(23)	(17)	(84)	(6)	(14.378)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	59	452.390	405	172	84	97	453.207

Neste período não ocorreram fatores que indiquem a evidência da necessidade de ajuste de perdas por impairment.

10. Impostos diferidos: Em conformidade com o disposto no CPC 32 – Tributos sobre o lucro, a Companhia está apresentando os ativos fiscais diferidos líquidos dos passivos fiscais diferidos. Os valores para compensação futura são os seguintes:

	31/12/2014	31/12/2013
Ativo de impostos diferidos	47.666	11.131
Passivo de impostos diferidos	(9.406)	-
Saldo líquido de imposto diferido	38.260	11.131

(a) **Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais - Ativo:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 47.666 (R\$ 11.131 em 31

de dezembro de 2013), cuja recuperação está baseada nas perspectivas e projeções de geração de lucros tributáveis futuros, conforme segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Recuperabilidade	2.200	2.200
2015	1.228	-
2016	2.007	5.100
2017	2.732	3.831
2018	2.491	-
2019	-	-
2020	-	-
2021	3.884	-
2022 a 2026	35.324	-
Total	47.666	11.131

15. Empréstimos e Financiamentos: a. O saldo de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é composto da seguinte forma:

Financiadores / Credores	Valor Contratado	31/12/2013		
		Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante
BANRISUL	124	65	18	47
BANRISUL	5.420	5.420	1.111	4.309
ITAÚ BBA	114.245	114.245	114.245	-
Total		119.730	115.374	4.356

b. Principais características dos empréstimos e financiamentos:

Financiadores / Credores	Valor Contratado	Modalidade	Taxas	Data Contratação	Início	Término	31/12/2013		
							Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer
BANRISUL	124	Leasing	15,39% a.a.	15/08/12	15/08/12	60	17	43	
BANRISUL	5.420	Finame	2,5% a.a.	22/11/12	15/06/20	72	13	59	
ITAÚ BBA	114.245	Capital Giro	0,32% a.m. + CDI	30/10/13	27/10/14	1	-	1	

20. Despesas operacionais:

	31/12/2014	31/12/2013
(a) Gerais e administrativas		
Serviços jurídicos	2.667	-
Serviços administrativos	1.142	498
Fretes	773	-
Serviços de consultoria	700	457
Aluguéis de imóveis	1.481	25
Aluguéis de máquinas e equipamentos	623	-
Impostos e taxas	2.984	49
Despesa com pessoal	103	9
Outros	1.611	478
Total de despesas	12.084	1.516
(b) Outras receitas		
Crédito CUST (i)	9.588	-
Anistia REFIS da COPA	60	-
Reversão de impostos parcelados	1.098	-
Outras receitas e despesas	14	-
Total de outras receitas	10.760	11

(i) Em 1º de abril de 2014, a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) reconheceu, por meio do Despacho nº 860/2014, o pedido de postergação da data de contratação do CUST, estabelecendo a data de início de execução para novembro de 2013, o que gerou um crédito para a Companhia no valor de R\$ 9.588, com compensação iniciada a partir de maio de 2014.

21. Resultado financeiro

	31/12/2014	31/12/2013
Receita sobre aplicação financeira	1.219	359
Juros recebidos	100	-
Descontos obtidos	46	167
Varição cambial ativa	558	1.637
Varição monetária ativa	3	1.465
Total de receitas financeiras	1.896	3.478
Juros das debêntures	50.757	31.521
Juros de financiamentos	21.993	3.521
Amortização do custo das debêntures	591	-
Juros passivos	1.681	429
Despesas com comissões bancárias	7.132	-
Varição cambial passiva	6.395	2.892
Varição monetária passiva	-	270
Multas	163	2.017
Despesas bancárias	275	56
IOF sobre empréstimos e financiamentos (i)	4.532	4.874
Descontos concedidos	202	-
Total de despesas financeiras	93.701	14.059

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia. **Valor justo versus valor contábil:** A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Ativo	31/12/2014		31/12/2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.849	3.849	994	994
Contas a receber	153.787	153.787	22.235	22.235
Contas reserva	17.868	17.868	-	-
Passivos Financeiros				
Fornecedores	11.404	11.404	23.831	23.831
Partes relacionadas	58.149	58.149	-	-
Empréstimos e Financiamentos	168.001	170.527	119.730	118.451
Debêntures	314.416	433.736	294.027	315.827

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, exceto empréstimos e financiamentos e debêntures, a administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. **Hierarquia de valor justo:** A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ativo	31/12/2014		31/12/2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	3.849	3.849	994	994
Contas a receber	153.787	153.787	22.235	22.235
Contas reserva	17.868	17.868	-	-
Passivo				
Fornecedores	11.404	11.404	23.831	23.831
Partes relacionadas	58.149	58.149	-	-
Empréstimos e Financiamentos	168.001	170.527	119.730	118.451
Debêntures	314.416	433.736	294.027	315.827

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: No que tange ao cálculo do valor justo e classificação, seguem as seguintes considerações: **Caixa e equivalente de caixa:** os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao seu valor justo por meio de resultado. **Fornecedores:** mensurados ao custo amortizado e classificados como passivo financeiro ao custo amortizado. **Empréstimos e Financiamentos:** estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro ao custo amortizado. **Partes relacionadas:** estão mensuradas pelo custo amortizado, sendo classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado. **Administração financeira de risco:** A Administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco. A companhia apresenta os seguintes riscos: **Risco de liquidez;** **Risco de crédito;** **Riscos de mercado:** a. **Risco de liquidez:** A diretrix de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras, e os juros a vencer até o final do contrato.

31 de dezembro de 2014	Contábil		Justo	
	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	4 - 5 anos
Fornecedores	11.404	11.404	-	-
Empréstimos e Financiamentos	168.001	193.307	187.927	1.023
Debêntures	314.416	1.083.059	12.818	42.715

Vencimentos de longo prazo

	31/12/2014	31/12/2013
2015	-	1.129
2016	732	1.129
2017	732	1.122
2018	726	976
2019 em diante	1.931	-
Total	4.121	4.356

Como garantia da operação com o Itaú Unibanco S.A., utilizada como capital de giro para a compra de Óleo HFO, são concedidos avais pelos seguintes avalistas: Ronaldo Marcello Bolognesi, Hidrotérmica S.A., Bolognesi Participações S.A., Bolognesi Infra Estrutura Ltda., Bolognesi Empreendimentos Ltda. e Bolognesi Engenharia. Como garantia da operação com o Banrisul, são concedidos em alienação fiduciária à referida instituição financeira, bens com valor contábil de R\$ 6.022, referente a dois transformadores de força de 10 até 350 KVA. O vencimento dos empréstimos ocorrerá conforme demonstrado acima, ressalvados os eventos de vencimento antecipado, os quais a Companhia cumpriu em sua totalidade. Abaixo demonstramos os principais: **Falta de cumprimento de obrigações principais e acessórias** contratado junto ao credor ou em qualquer outro contrato celebrado com qualquer outra empresa do Grupo Econômico; **Decretar falência, for dissolvida ou sofrer protesto de títulos;** **Se a emitente propuser plano de recuperação extrajudicial;** **Vencimento antecipado de qualquer cédula ou instrumento firmado pela emitente;** **Mudança de estado econômico-financeiro;** **Mudança ou alteração de objeto social;** **Alteração ou modificação da composição do capital social, sem a prévia anuência;** **Garantias reais ou fidejussórias não foram devidamente efetivadas ou formalizadas pela emitente, pelos avalistas coobrigados e pelos garantidores.**

16. Partes relacionadas

Ativo não circulante	31/12/2014		31/12/2013	
	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante
Bolognesi Participações S.A.	36.639	-	-	-
Multiner S.A.	21.510	-	-	-
Total	58.149	-	-	-

O montante a pagar em 31 de dezembro de 2014, oriundo de operações com partes relacionadas com a controladora Bolognesi Participações, refere-se a crédito para a compra de óleo HFO e pagamento de serviços de operação e manutenção da usina. A Companhia tem contrato de conta corrente cujos prazos são de 10 anos a contar da assinatura do contrato em 1º de julho de 2012, sem previsão de cobrança de juros. **Remuneração da Administração:** A remuneração da administração é compartilhada com as demais empresas do Grupo Econômico, portanto, não há gastos com administração na Companhia. **17. Debêntures:** O saldo das debêntures em 31 de dezembro de 2014 é composto da seguinte forma:

Descrição	Encargos	31/12/2014	31/12/2013
Debêntures	9,11% a.a. + IPCA	326.860	304.569
Custo de transação		(12.444)	(10.542)
Total		314.416	294.027
Circulante		9.605	19.479
Não circulante		304.811	274.548

Em 17 de novembro de 2014, a Companhia pagou aos detentores das debêntures da 1ª emissão o valor de R\$ 28.466, referentes a principal mais juros.

Vencimentos finais das debêntures

Série	Quantidade	R\$	Vencimento
1ª Série	75.000	75.000	15/11/2025
2ª Série	75.000	75.000	15/02/2025
3ª Série	75.000	75.000	15/05/2025
4ª Série	75.000	75.000	15/08/2025
Total	300.000	300.000	

Os custos da emissão das debêntures totalizaram R\$ 12.444 (R\$ 10.542 em 31 de dezembro de 2013), representados, principalmente, por gastos com advogados, auditores, coordenação da oferta e publicidade da distribuição, e foram contabilizados como redução dos valores recebidos. O saldo a pagar, líquido dos custos de transação, é atualizado pelo método dos juros efetivos ao longo dos períodos contratuais. A operação está garantida por (i) cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia; (ii) alienação fiduciária de ações ordinárias representativas da totalidade do capital social da emissora, detidas pelas garantidoras Bolognesi Participações S.A. e Hidrotérmica S.A.; (iii) alienação fiduciária dos equipamentos da Companhia; e (iv) garantia fidejussória representada por fiança bancária concedida pelo Itaú BBA por 12 meses após a entrada em operação comercial da usina, ocorrido em dezembro de 2013. O vencimento das debêntures ocorrerá conforme demonstrado acima, ressalvados os eventos de vencimento antecipado, os quais, até o presente momento, a Companhia cumpriu em sua totalidade. Abaixo demonstramos os principais: **Inadimplimento ou não pagamento e declaração de vencimento antecipado da Emissora e/ou Garantidoras** de quaisquer obrigações financeiras; **Pedido por parte da Emissora e/ou Garantidoras de qualquer plano de recuperação judicial;** **Ocorrência de alteração societária relacionada à liquidação, dissolução, cisão, fusão, ou incorporação da Emissora (incluindo incorporações de ações), sem anuência prévia dos titulares das Debêntures;** **Alteração do objeto social da Emissora;** **Redução de capital social da Emissora sem anuência prévia dos titulares das Debêntures em Circulação;** **Mudança no controle acionário da Emissora sem anuência prévia dos titulares das Debêntures em Circulação;** **Conceder empréstimos ou financiamentos a terceiros de qualquer montante;** **Tomar mútuo, empréstimos ou adiantamentos de sociedade do seu grupo econômico (exceto para aquisição de óleo e pagamento de operação de manutenção);** **Protestos de títulos contra a Emissora e Garantidora;** **Não renovação de alvarás e licenças relevantes para o regular exercício da atividade;** **Não manutenção de recursos mínimos nas Contas Reservas;** **Manutenção de limites mínimos de índices financeiros.** Em 14 de julho de 2014, a integralidade das ações da Companhia foi incorporada pela Mesa Participações S.A. Esta alteração societária já estava prevista na escritura de emissão das Debêntures.

18. Receita de vendas

	31/12/2014	31/12/2013
Receita bruta de vendas	103.273	-
Fixa	635.901	22.235
Variável	(6.913)	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(68.047)	(2.057)
Deduções da receita bruta	664.214	20.178
Receita líquida	648.602	40.908

O saldo de pesquisa e desenvolvimento equivale a 1% da receita operacional líquida. Os recursos para pesquisa e desenvolvimento, deverão ser aplicados da seguinte forma: 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e 20% para o Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

19. Custos

	31/12/2014	31/12/2013
Combustíveis e lubrificantes	595.026	27.618
Depreciação e amortização	14.307	1.207
CUST - Contrato de Uso do Sistema de Transmissão	10.356	9.417
Armazenagem	9.368	-
Serviços de operação e manutenção	9.292	-
Materiais e insumos	1.337	583
Fretes	2.114	-
Serviços portuários	992	1.492
Outros	5.810	591
Total de custos	648.602	40.908

Os gastos com combustíveis e lubrificantes referem-se à compra de insumos para o atendimento ao despacho de energia na Usina desde a sua entrada em operação. Os gastos com CUST (Contratos de Uso do Sistema de Transmissão) ocorrem em função dos serviços de transmissão de energia elétrica e as respectivas condições de acesso, regulamentados pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico). O saldo de armazenagem é referente a estocagem do óleo HFO no porto de Suape e o saldo com serviços de operação e manutenção é referente a manutenção da Usina.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia. **(b) Impostos diferidos sobre diferenças temporárias entre depreciação fiscal x contábil:** Abaixo, abertura do imposto de renda e contribuição social diferido registrado no resultado: